

# DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – CAMPUS DE PLANALTINA

Lívia Veleda de **Sousa e Melo** – UnB

José Vieira de **Sousa** – UnB

## **Introdução**

O presente trabalho tem como objetivo analisar os alcances e limites das estratégias de democratização do acesso utilizadas na implantação da Faculdade UnB Planaltina, primeiro *campi* criado na proposta de expansão da Universidade de Brasília, no período de 2006-2008. Visando alcançar este objetivo, a discussão proposta se situa no cenário das políticas públicas de democratização do acesso à educação superior, entendidas como o conjunto de ações propostas pelo governo para expandir e diversificar o ingresso aos cursos superiores no país.

A justificativa do trabalho ora apresentado está baseada no entendimento de que, historicamente, a educação superior brasileira, sobretudo a pública, esteve reduzida a uma pequena parcela da população. No Distrito Federal/DF, em 2006, o setor público oferecia somente cerca de 5,0% das vagas locais (INEP, 2008), grande parte concentrada em Brasília. Nesse contexto, insere-se a preocupação em estudar a proposta de expansão da Universidade de Brasília voltada para atender a uma região desta Unidade da Federação/UF e entorno, com sede na cidade de Planaltina, discutindo como essa nova unidade pode democratizar o acesso e contribuir para a redução das desigualdades verificadas na oferta de educação superior local.

Historicamente, no Brasil, o acesso à educação superior foi reservado aos filhos da elite, com pequenos históricos de expansão e democratização. A partir da década de 1960, os movimentos de abertura do sistema se tornaram mais fortes. Nos anos 1990, foi possível registrar diversas conquistas nesse sentido, porém com um agravante: o sistema privado cresceu mais fortemente em relação ao público que, conseqüentemente, passou a ser cada vez mais disputado. Embora representasse, em 2006, apenas 12,5% da oferta de educação superior no país, o setor público concentrava quase metade dos candidatos (45,3%), perfazendo uma disputa de 7 candidatos por vaga, muito superior a do sistema privado de 1,2 (INEP, 2008).

A pressão pelo acesso aos cursos superiores foi intensificada na segunda metade da última década. Diversos fatores contribuíram para esse fenômeno, como, por exemplo, a valorização do conhecimento científico, a defesa dos direitos sociais, a aspiração das famílias por mobilidade social via educação e a necessidade de aquisição de mais competências para enfrentar o mercado de trabalho, conforme apontaram Neves, Raizer e Rochele (2007). Como agravante, o acesso à educação superior é pouco diversificado. Jovens de baixa renda, negros

e/ou trabalhadores são minoria nos cursos de graduação. Segundo os mesmos autores, tomando-se por base a renda familiar, ainda sobressaem na educação superior brasileira, tanto pública quanto particular, estudantes das classes de renda mais alta.

O crescimento das vagas, observado nos anos de 1990, ocorreu predominantemente no setor privado em detrimento do setor público, cujo orçamento foi reduzido. No caso do Distrito Federal, a diferença é bastante significativa. Em 2006, as 73 instituições privadas de educação superior ofereceram 95% das vagas e as 2 públicas apenas 5% (INEP, 2008). Nesse cenário, merece destaque a Universidade de Brasília que representou 98,1% da oferta pública, portanto, a instituição mais importante no contexto da educação superior local, visto que a Escola Superior de Ciências da Saúde (FEPECS) – a outra instituição pública local – oferta apenas o curso de Medicina.

Cerne do estudo presente, a Universidade de Brasília insere-se no contexto das políticas educacionais, iniciadas em 2003, que visam democratizar o acesso à educação superior no país. Essa instituição, apesar de ultrapassar 20 mil alunos em 2008, ofereceu um quantitativo de vagas muito aquém da demanda local (FUB, 2008). Em seu processo de expansão, ela propôs, em 2005, a criação de um sistema interligado de três *campi* e sete pólos com atividades de ensino-pesquisa-extensão, cujas finalidades eram atender à demanda da população local e acelerar o processo de desenvolvimento socioeconômico e científico da região (FUB, 2005). O *Campus* de Planaltina ou Faculdade UnB Planaltina (FUP), criado em 2005, foi a primeira experiência dessa nova proposta. Sua área de influência é composta por quatro regiões administrativas do DF (Sobradinho, Planaltina, Brazlândia e Sobradinho II), cinco municípios goianos (Formosa, Cabeceiras, Planaltina de Goiás, Vila Boa e Água Fria de Goiás) e um mineiro (Buritis), situados ao norte e a leste do Distrito Federal.

## **1. Democratização do acesso à educação superior: polêmicas e impasses permanentes**

O debate sobre a democratização do acesso às universidades brasileiras é cada vez mais intenso. O conceito acerca desse fenômeno ainda é muito polêmico e varia entre os autores que tratam do assunto, podendo ser traduzido, principalmente, em duas acepções: como sinônimo de ampliação da oferta ou como expansão vinculada a mecanismos de seleção e diversificação do ingresso, entendimento que tem diversos desdobramentos.

O primeiro conceito tem como base o princípio liberal da universalidade, pelo qual todos os níveis educacionais, inclusive o superior, estariam disponíveis a todos, independentemente de origem sócio-econômica, diferenças de *status* ou de nascimento, apenas condicionado a questões de mérito individual. Essa idéia ganhou relevância com o

aumento da demanda por vagas nas universidades do país e passou a ser discutida mais intensamente a partir da década de 1960, quando o tema da democratização assumiu diferentes feições nos estudos: “democratização do ensino, democratização de oportunidades, democratização de vagas, democratização de carreiras” (FRANCO, 1985, p. 20).

O segundo conceito, por sua vez, defende que democratização do acesso é mais complexa e leva em consideração as desigualdades sociais, econômicas e raciais da sociedade. Essa idéia envolve, além da expansão da oferta de vagas, a utilização de mecanismos de inclusão de minorias sociais na educação superior, de forma que não há como falar em mérito acadêmico, na forma como é tradicionalmente entendido. Para Moehlecke (2004) o mérito deve ser medido pela capacidade dos estudantes em condições adversas superarem as dificuldades encontradas por meio do esforço realizado, mesmo que o resultado não seja o mesmo de estudantes em condições mais favoráveis.

Esse segundo conceito de democratização tem algumas variações na literatura. Alguns estudiosos acreditam que os estudantes de minorias étnicas ou sociais devem ser incluídos na educação superior na mesma proporção que existem na sociedade; outros focalizam a inclusão igualitária nos cursos de maior prestígio social, visto que existe uma hierarquização social e econômica das carreiras dentro das universidades.

Em outra concepção, o nível superior apenas reflete a desigualdade existente na educação básica, de forma que a democracia no ingresso aos cursos superiores depende do desenvolvimento dos níveis de ensino antecedentes, principalmente do ensino médio. Para Sampaio *et al* (2000) “é neste nível de ensino que se definem as possibilidades de ingresso dos jovens nos diferentes estabelecimentos de ensino superior no país” (p. 55). Nessa lógica, as possibilidades de ingresso no nível superior estão relacionadas à renda familiar e ao nível de escolaridade dos pais.

## **2. Aspectos metodológicos**

A pesquisa privilegiou a abordagem qualitativa, por considerar que esta perspectiva metodológica permitiria identificar e analisar as percepções dos gestores envolvidos no processo de implantação do *campus* da Universidade de Brasília/Planaltina, no período entre 2006 e 2008, com foco nas estratégias de democratização do acesso nele em curso.

Os sujeitos da pesquisa – em um total de sete – foram os gestores da Universidade de Brasília atuantes no *Campus* Darcy Ribeiro: (a) Ex- Reitor da Universidade de Brasília; (b) Ex-Decano de Ensino de Graduação; (c) Secretária Executiva do REUNI/UnB; (d) Diretora

do Instituto de Biologia na UnB); como na Faculdade UnB Planaltina: (e); Diretor do *Campus* UnB Planaltina; (f) Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Naturais; (g) Coordenador do curso de Bacharelado em Gestão do Agronegócios.

Os critérios para a escolha desses atores foram: (i) terem ocupado ou ainda ocuparem posições importantes na implantação da FUP; (ii) possuírem conhecimento sobre os aspectos importantes das estratégias de democratização em curso; (iii) proporem e interferirem em proposições de novas possibilidades de ações estratégicas para a FUP.

A coleta dos dados ocorreu entre maio/julho de 2008, por meio de análise documental e entrevistas semi-estruturadas. Bogdan e Biklen (1994) afirmam que a vantagem de utilizar este tipo de entrevista está na obtenção de dados comparáveis entre os vários sujeitos, bem como estratégia dominante para a recolha de dados, seja de forma isolada ou em conjunto com outros procedimentos de coleta de dados, como, por exemplo, análise de documentos.

### **3. Faculdade UnB Planaltina: *locus* da investigação e opção pelos seus primeiros cursos**

A criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, marca a história da educação superior do DF, sendo idealizada como uma “[...] instituição experimental, livre para buscar novos caminhos no ensino e na pesquisa e soluções para os problemas nacionais sem, no entanto, descurar-se dos padrões internacionais” (OLIVEIRA, DOURADO e MENDONÇA, 2006, p. 154). Sua proposta acadêmica era inovadora, pois seguia modelos existentes na Europa, mas inéditos no Brasil e previa atender cerca de 15 mil alunos na década de 1970.

O documento intitulado Programa de Expansão da Universidade de Brasília/2005 previa a implantação de uma rede de educação superior pública no DF, composta, principalmente, de três *campi* universitários e sete pólos. Para tanto, foram definidas quatro grandes regiões de influência (RIC), com base no grau de homogeneidade das características socioeconômicas e populacionais e na proximidade geográfica (FUB, 2005).

O *campus* de Planaltina – objeto do presente estudo – foi inaugurado em 7 de abril de 2006 e os dois outros *campi* em 25 e 26 de agosto de 2008, respectivamente, e ofertou, até o primeiro semestre de 2008, dois cursos de graduação: Licenciatura em Ciências Naturais e Bacharelado em Gestão do Agronegócio.

A Faculdade UnB Planaltina foi criada para atender a população de uma área de 20,4 mil Km<sup>2</sup>, que, de acordo com o IBGE (2004), possuía uma população de 545.037 mil habitantes, sendo 53.100 jovens entre 18-24 anos e 6.617 egressos do ensino médio. A região possui baixa densidade demográfica e uma população predominantemente urbana. Esses

fatores culminaram na escolha de Planaltina como sede do primeiro *campus* da UnB. Questionado a respeito dos motivos da escolha dessa cidade para sediar o novo *campus* e não de outras cidades do DF com maior demanda, um dos gestores justificou:

Os estudos feitos mostraram que estava havendo um crescimento, uma expansão grande naquela área. Os dados mostravam que a densidade populacional das cidades limítrofes era muito grande. Por isso, foi trabalhado primeiro o *campus* de Planaltina. E, além disso, houve uma disponibilidade mais imediata do Governo do Distrito Federal para apoiar (GESTOR I).

Quanto à definição dos primeiros cursos do *campus*, nenhum dos entrevistados soube justificá-la claramente. Na realidade, a maioria deles afirmou não ter participado das discussões desta questão: “Eu não sei o porquê desses cursos. Fala-se de alguma vocação mais agrícola, agrária, em função de vários fatores [...] Eu acho que isso pode ser, digamos, uma orientação.” (GESTOR II). “O que nos foi passado, à época, é que teve discussões anteriores com a comunidade. Já havia um canal entre a universidade, um fórum da comunidade e que esses cursos, de certa forma, atendiam as demandas [...]” (GESTOR V).

Os gestores entrevistados, sobretudo aqueles vinculados à FUP, questionaram a escolha dos cursos como demanda da região. Além disso, os dados coletados mostraram não ter sido realizada pesquisa junto à população diretamente envolvida, acerca da preferência dos cursos a serem ofertados. Referindo-se, dentre outros, a este ponto, o Gestor VII enfatizou que a construção de um planejamento estratégico deveria partir do entrosamento do grupo de Planaltina e não da reitoria, por meio de discussões internas e comprometimento da equipe.

#### **4. Estratégias de democratização do acesso na implantação da Faculdade UnB Planaltina**

De acordo com o Plano de Expansão da UnB (2005), a descentralização e expansão das atividades dessa universidade eram, em si, as estratégias de democratização do acesso da instituição. Porém, devido a diversos problemas enfrentados pela instituição – principalmente a crise administrativa e financeira vivenciada no início de 2008, e que resultou na exoneração da reitoria – a formalização de um projeto ficou prejudicada, sendo tais estratégias construídas ao longo da implantação e, nem sempre com o devido planejamento e clareza de sua eficácia.

Com base nos dados coletados na pesquisa, percebe-se que a preocupação com o processo seletivo no *campus* de Planaltina foi crescendo ao longo dos semestres, pois os estudantes não alcançavam o nível de preparo escolar exigido para o ingresso Universidade de Brasília, o que não significava, necessariamente, inaptidão para a educação superior. Diante desse problema, foram introduzidas alterações nos critérios de seleção dos estudantes – bonificação na nota do vestibular para alunos da região de influência, mudança da nota de

corte, isenção de taxas, cotas para estudantes negros – oferta de educação a distância e realização de projetos de extensão, como discutido a seguir.

#### **a) O processo seletivo da Faculdade UnB Planaltina**

Com efeito, a educação superior tem se tornado cada dia mais o alvo dos estudantes, em razão do aumento da escolarização básica no país e da necessidade de cursar níveis mais elevados de ensino. Analisando esta questão, diversos autores, dentre eles, Pinho (2001), Sampaio *et al* (2001), Catani e Oliveira (2006) e Velloso (2007), evidenciaram a existência de uma pré-seleção ao nível superior, influenciada por fatores socioeconômicos e raciais, impedindo o acesso de diversos estudantes que desejam cursar esse nível de ensino nas universidades públicas brasileiras.

Preliminarmente, cabe ressaltar que o processo seletivo da FUP é realizado semestralmente e ocorre em conjunto com a seleção da UnB sede – *Campus* Darcy Ribeiro. Apesar de existir um edital específico para Planaltina, são aplicados os mesmos critérios de avaliação, com exceção da nota de corte e da bonificação para estudantes da região.

Também é relevante lembrar que, a partir da promulgação da Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), intensificaram-se os debates nacionais acerca dos mecanismos de acesso que procurem observar o exame de mérito do candidato, porém sem acentuar as desigualdades sociais, que já são consideráveis, em nível de país. No caso específico da UnB, destacam-se os seguintes mecanismos na seleção: sistema de cotas para negros, bonificação para estudantes da região de influência, Programa de Avaliação Seriada/PAS e, mais recentemente, isenção de taxas e queda da nota de corte.

A bonificação na nota final das provas objetivas é específica para os candidatos da FUP que concluíram o ensino médio na área de influência do *campus*. Esse mecanismo, denominado Programa de Inserção Social foi inspirado na experiência de outras universidades brasileiras, em especial o da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp que adotou um programa de inserção social próprio, o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS), acreditando que reduzir as desigualdades no acesso significa criar oportunidades.

Por meio do Programa de Inserção Social, o aluno que atestar a realização do ensino médio na RIC II, apresentando uma declaração da escola e do histórico escolar de pelo menos duas séries do ensino médio, recebe uma pontuação extra, correspondente a 20% a mais na nota final da prova objetiva, de acordo com o item 4.1 do Edital nº 01/2006:

Os candidatos que concluíram as três séries do ensino médio nas localidades de Brazlândia/DF, Planaltina/DF, Sobradinho/DF, Sobradinho II/DF, Água Fria de

Goiás/GO, Cabeceiras/GO, Formosa/GO Planaltina de Goiás/GO, Vila Boa/GO e Buritis/MG, caso não sejam eliminados do vestibular [...] terão a nota final obtida nas provas objetivas multiplicada por 1,2, antes de se proceder à classificação por sistema/curso.

Com esta medida, o objetivo era incluir, em maior quantidade, esses estudantes, valorizando as pessoas que se formaram nas escolas da região onde está localizado *campus*, tanto públicas quanto privadas. Ficava, também, a expectativa de que os formandos tivessem a tendência de se fixar nessa região e gerar desenvolvimento.

Os dados coletados revelaram que os critérios do referido programa ainda não estavam claros para alguns estudantes e docentes do próprio *campus*, muito menos para a comunidade da região. Nesse sentido, ficou subjacente à fala de vários deles que muitos alunos perderam o benefício por não saber da necessidade de comprovar a localização de sua escola de ensino médio. Por sua vez, alguns professores e coordenadores acreditavam que a bonificação era restrita aos alunos de escolas públicas.

O Gestor II esclareceu que a idéia era atingir, em maior proporção, as escolas públicas da região, mas, o bônus era estendido a todos os tipos de escolas da região. Para ele, essa decisão decorreu, também, da pouca existência de instituições particulares nessa região e da baixa qualidade das escolas públicas se comparada às melhores escolas do DF. Conseqüentemente, o benefício aberto a todos os estudantes reforçaria o caráter democrático da universidade pública.

Então, a gente tem que mesclar os termos e fazer com que os estudantes que vivem na região e principalmente aqueles estudantes que foram historicamente excluídos da educação pública tivessem acesso, por isso as portas estão mais abertas ainda para estudantes de escolas públicas. (GESTOR II).

Entretanto, o Programa de Inserção Social, isoladamente, não foi suficiente para incluir os estudantes da região, que se depararam com outras dificuldades na seleção. Mesmo assim, a maior parte dos entrevistados o considerou a principal estratégia de democratização do acesso implantada na FUP, como ilustrado a seguir: “A primeira coisa que fizemos, já no primeiro vestibular de Planaltina [...] foi aquela pontuação extra para os estudantes que fizeram o ensino médio na região do *campus*” (GESTOR II); “[...] primeiro essa coisa [...] na nota, de 20% a mais. Eu acho que isso, a questão da nota para quem é daquelas cidades que são beneficiadas pelo aumento da nota” (GESTOR VII).

Para os gestores do *campus* UnB Planaltina, a bonificação na nota tem atingido um efeito satisfatório na inclusão de estudantes, haja vista que a maior parte dos ingressantes era

proveniente dessa região de influência. Ademais, tudo indica que a estratégia tem funcionado na inclusão dos estudantes de escola pública.

Porém, é importante considerar que os cursos ofertados nesse *campus* não são atraentes a um público de renda mais alta, pois, existem condicionantes socioeconômicos no ingresso ao nível superior que se revelam no momento da escolha das carreiras e da inscrição para o concurso, de forma que a maior parte dos candidatos é da própria região de influência.

Outra ação importante na democratização do acesso foi a isenção das taxas de inscrição do vestibular e do Programa de Avaliação Seriada/PAS. No ano de 2007, a UnB passou a custear, com recursos oriundos do Governo do Distrito Federal (GDF), o valor da inscrição do candidato que cursara o ensino médio em escola pública ou com bolsa em escola particular. Tudo indica que a taxa de isenção foi fundamental para o preenchimento das vagas, porque permitiu a inscrição de um número maior de estudantes de baixa renda. Dessa forma, apesar de os cursos da FUP não serem atrativos, a gratuidade da taxa incentiva a participação de estudantes da região no processo seletivo, seja tradicional ou via PAS.

[...] a UnB não faz parte do imaginário deles, então tem que ter todo esse trabalho de aproximação com a comunidade. Eles acham que a UnB não é para eles, e você coloca uma taxa de R\$ 80,00? A questão do acesso passa pelo recurso; enquanto o GDF custear as taxas, não teremos problemas de preencher [as vagas]. (GESTORA III).

Até o segundo vestibular de 2007, essa era a única alteração na seleção da UnB, inclusive da FUP. Contudo, era preciso solucionar o problema relativo ao grande número de eliminações registradas na seleção, principalmente nas provas de Ciências da Natureza e Matemática. Assim, diminuíram-se os pontos mínimos exigidos para classificação nas provas objetivas e conservou-se a necessidade de alcançar uma pontuação mínima total, embora seis pontos mais baixa, em relação às outras edições do vestibular. A nota mínima exigida em cada uma das três provas objetivas sofreu queda a partir do segundo vestibular de 2007, de acordo com a tabela a seguir. Essa definição foi posterior ao registro de grande quantidade de vagas ociosas no primeiro vestibular do mesmo ano, o que resultou na abertura de um edital para preenchimento de vagas remanescentes.

**Tabela 1: Notas de corte adotadas até 2007 pelo *Campus* UnB Planaltina**

Provas	Vestibular 1/2006*	Vestibulares 2/2006 e 1/2007	Vestibulares 2/2007, 1/2008 e 2/2008
Língua Estrangeira	-	≤0	≤0
Linguagens e Códigos e Ciências Sociais	<6	<12	≤0
Ciências da Natureza e Matemática	<6	<18	≤0
Soma das provas objetivas (EB)	<24	<66	<60

Fonte: CESPE/2007

A diminuição da nota de corte é uma medida que gera diversas controvérsias. No caso da UnB Planaltina, aplicar os mesmos critérios de seleção da UnB sede não tem funcionado, pois o aluno, em sua maioria, é proveniente de escola pública e enfrentou diversos problemas em sua formação na educação básica. Como afirma Cunha (2007), os alunos do ensino médio não apenas aumentaram em quantidade, mas também são de outro tipo, em termos sociais e culturais. Dois dos gestores entrevistados criticaram, de forma mais explícita, a utilização de nota de corte semelhante àquela empregada na UnB sede: “Vejo como um chute na comunidade [...] a nota de corte se justifica quando todos os alunos são bons” (GESTORA VI); “Se você está criando um *campus* novo, dedicado àquelas pessoas, elas têm que ter condições de entrar. A gente não tinha poucos inscritos, tinha 200 inscritos para cada curso, e o normal era 120, 200 [...] de 120 inscritos não selecionaram 40. Isso é o nível do vestibular da UnB” (GESTOR V).

Na opinião de parte dos entrevistados, baixar a nota de corte foi claramente uma estratégia de democratização do acesso adotada para que houvesse estudantes classificados. Porém, essa decisão não ficou restrita à FUP, e alcançou cursos com problemas semelhantes no *Campus* Darcy Ribeiro, mostrando-se institucional. Essa mudança não alterou, entretanto, a situação da maior parte dos cursos da UnB sede, porque o número de alunos que ficam acima da média é maior que o número de vagas ofertadas. Como afirmou um dos gestores, “essa mudança não alterou a situação de 99% dos cursos, pois, na grande maioria dos cursos uma massa muito grande de candidatos fica acima da nota de corte” (GESTOR II).

De acordo com estudo de Velloso e Cardoso (2008), o nível de rendimento no curso influencia a taxa de abandono da UnB, de forma que alunos com baixo rendimento tendem a se evadir em proporções bem maiores que alunos com rendimento elevado. Os autores revelam, ainda, que a incerteza em relação à escolha do curso e a necessidade de trabalhar fazem com que alunos cotistas, pertencentes a camadas menos favorecidas, desistam do curso. Após dois anos e meio de curso, as taxas de evasão da FUP são maiores que os índices apresentados no referido estudo – 40% para Gestão do Agronegócio e 27,5% para Ciências Naturais, e uma média de 32,8% no geral, o que significa que, dos 70 alunos que ingressaram no primeiro semestre de 2006, permaneciam, à época da coleta dos dados, 47. Assim, se por um lado não faz sentido deixar vagas ociosas porque os candidatos não conseguem atingir as notas mínimas das provas de seleção, por outro, é preciso trabalhar para que o aluno não saia do curso em seguida, com a auto-estima ainda mais baixa.

Com efeito, a FUP necessita, além de estratégias de acesso, medidas para auxiliar o aluno no decorrer do curso, a fim de garantir a permanência e a perpetuação da qualidade do ensino ofertado na Universidade de Brasília. A queda na nota de corte, embora tenha interferido positivamente na inclusão desses estudantes, não corrige a deficiência de escolarização apresentada.

### **b) Educação a distância**

A educação a distância é ofertada na FUP em programas específicos, sejam eles de iniciativa da própria UnB ou de políticas nacionais de educação a distância (EAD), como o Pró-licenciatura e o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). Muito embora esses programas não estejam diretamente envolvidos com os cursos de graduação presenciais ofertados na FUP, como estava previsto no primeiro documento de expansão da UnB, a educação a distância foi reconhecida como uma estratégia de democratização do acesso por diversos gestores, como ilustra a fala a seguir:

[...] nós tínhamos alguns desafios que foram colocados para a expansão do ensino de graduação. O primeiro era lidar com um arejamento e uma renovação das práticas pedagógicas na educação superior [...] por isso a gente se envolveu muito profundamente também na Universidade Aberta do Brasil e a oferta de cursos de graduação a distância (GESTOR II).

No total, as vagas, em diferentes projetos de EAD na UnB Planaltina, somam mais de 450 por ano. Em 2006, a FUP iniciou a oferta de dois cursos de graduação à distância: Administração e Biologia, em parceria com o Centro de Educação a Distância (CEAD) da UnB. O público alvo principal eram servidores do Banco do Brasil, para os quais foram destinadas 70 das 100 vagas de Administração, e professores de Ciências da educação básica. Em 2007, passou a ser pólo do Pró-licenciatura, com os cursos de Artes Visuais, Biologia, Teatro e Educação Física, ofertando, no ano seguinte, mais de 270 vagas por meio da UAB.

Nos processos seletivos da EAD, nota-se a utilização de mecanismos de democratização diferenciados do ensino presencial, como isenção ou diminuição da taxa de inscrição no vestibular e nota de corte da redação menor em relação ao vestibular presencial. Os dados indicam que essa modalidade de ensino tem sido um importante instrumento para diversificar o acesso na universidade pública, sobretudo de alunos trabalhadores.

### **c) Projetos de Extensão e articulação com a educação básica**

A realização de projetos de extensão foi mais uma estratégia de democratização apontada pelos gestores da FUP. Esses projetos têm sido realizados junto às escolas de

educação básica, visando melhorar as técnicas de ensino e oferecer apoio pedagógico aos estudantes da educação básica, bem como divulgar as atividades do *campus*:

[...] os projetos dos professores, projetos de pesquisa interagem diretamente com as escolas. Também, tem os projetos de extensão com estudantes das escolas locais e a coisa vai avançar mais quando a gente chegar aos estágios. Já tem outros projetos de extensão que estamos trabalhando com cursos para professores (GESTOR V).

Como incentivo às ações de extensão, a UnB tem disponibilizado bolsas de monitoria e de assistência estudantil, além do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIC), sobretudo no curso de Ciências Naturais. Dentre os dez projetos de extensão desenvolvidos pela instituição, destacam-se experiências inovadoras no âmbito da Educação do Campo e do Desenvolvimento Rural. No entanto, foi possível constatar que as atividades desenvolvidas se concentram no curso de Ciências Naturais, devido à natureza do curso, relacionado ao ensino médio local, enquanto em Gestão do Agronegócio, embora seja uma área com grande possibilidade de exploração na região, a extensão se reduz a visitas as empresas agrícolas da região realizadas individualmente por dois ou três professores, como informou o Gestor VII.

O projeto de divulgação dos cursos, realizado no segundo semestre de 2007, foi considerada uma atividade de extensão pelos gestores da FUP. Nessa ocasião, além da divulgação em rádios, jornais, revistas e mídia eletrônica, a equipe de alunos e professores visitou as turmas do terceiro ano do ensino médio das escolas da região: “Procuramos praticamente todas as escolas de ensino médio [...] Foi feito um trabalho com alunos bolsistas de extensão e junto com outros professores também. Visitamos as escolas, falamos com os alunos, colocando a existência do *campus*. Isso deu efeito!” (GESTOR VII). Para ajudar na divulgação, foram confeccionados dois tipos de *folders* contendo informações importantes a respeito dos dois cursos, por exemplo, as áreas relacionadas e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, constando em um deles o slogan “*a UnB perto de você*”.

Com efeito, as atividades de extensão estão relacionadas à divulgação do conhecimento produzido nas universidades, difundindo saberes e conhecimentos produzidos para atender as necessidades sociais da população e melhorar suas condições e vida. Todavia, a divulgação dos cursos da FUP não resultou na difusão de conhecimento produzido na universidade, nem interligou as atividades de ensino e pesquisa, mas, poderia ser considerada como uma ação estratégica que contribuiria para melhorar a qualidade de vida da população da RIC II, tendo como resultado o acesso à educação superior.

#### **d) Outras estratégias de democratização**

Para solucionar os problemas existentes na implantação da FUP, o Gestor II esclareceu que a UnB pensava fazer diversas modificações para o ano de 2009, como, por exemplo, realizar um único vestibular para todos os *campi*; contabilizar os pontos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas provas de seleção; tornar semestral a entrada via PAS, e criar um sistema de cotas para estudantes de escola pública. Na prática, parte dessas ações deixou de ser cogitada mediante a troca de gestão em 2008, como ressaltado anteriormente.

Especificamente para a FUP, de acordo com a Gestora III, é urgente a criação de linhas de pesquisa, a instituição de uma pós-graduação nos próximos semestres, e a cobrança de um planejamento estratégico para o *campus*, maior desafio à democratização do acesso.

Quanto à infra-estrutura, parece que a solução do problema está encaminhada, pois há previsão de construção de salas de aula, moradia estudantil, restaurante universitário, quadras, ampliação da biblioteca e dos laboratórios, bem como a contratação de servidores e a ampliação de vagas em cursos existentes. O Plano de reestruturação e expansão da Universidade de Brasília (FUB, 2008) estabeleceu, para realização dessas ações, o seguinte cronograma: (i) construções e reformas de espaços das unidades acadêmicas para a ampliação de vagas – 2008 a 2010; (ii) construção de restaurante universitário e de moradia estudantil – 2008 e 2009; (iii) readequação e modernização da biblioteca – 2009 e 2010; (iv) contratação de docentes e servidores – 2008 a 2011; (v) ampliação do número de vagas em cursos existentes – 2009 e 2010.

Cabe mencionar que, depois de decorridos três anos de implantação do *campus de Planaltina*, a UnB ainda se debate com questões que deveriam ser estruturais, como os cursos mais adequados, assistência estudantil e criação de linhas de pesquisa. Mas, é importante destacar que essa universidade tem hoje um novo horizonte de crescimento, com recursos materiais e humanos disponíveis. E essa expansão representa a oportunidade para muitos jovens do Distrito Federal e entorno acessarem uma educação superior pública e de qualidade.

#### **Considerações finais**

O objetivo geral deste trabalho procurou responder ao seguinte questionamento: quais os alcances e os limites das estratégias de democratização do acesso utilizadas na implantação da Faculdade UnB Planaltina, no período 2006-2008?

A democratização do acesso proposta pela Universidade de Brasília, em sua primeira experiência de descentralização de cursos de graduação, não foi um processo simples. Teoricamente, diante da demanda local, bastaria a expansão das vagas para que a concorrência fosse natural. Porém, a FUP enfrentou muitos desafios em seus três primeiros anos de funcionamento para que houvesse, minimamente, a continuidade das atividades de expansão propostas.

A pesquisa demonstrou que, em uma sociedade muito heterogênea como a brasileira, a democratização do acesso às universidades públicas requer medidas além da expansão de vagas, para que o estudante de baixa renda que logrou concluir o ensino médio possa se formar em uma instituição de nível superior de qualidade.

O *Campus* de Planaltina, experiência pioneira do projeto de expansão da Universidade de Brasília, ao contrário do planejado, além de não obter sucesso no preenchimento das vagas em seus quatro primeiros semestres de funcionamento, teve uma diminuição vertiginosa na procura pelos cursos do primeiro para o segundo semestre.

Para atender o questionamento levantado na pesquisa, foram realizadas entrevistas com os gestores da UnB responsáveis pela implantação da FUP e realizada análise documental. Os dados coletados permitem apontar as seguintes conclusões:

- a) não houve consenso entre os gestores pesquisados sobre a expansão das atividades da UnB para outras regiões administrativas do Distrito Federal;
- b) considerando o exposto no item anterior, a solução encontrada pela reitoria foi buscar apoio externo para levar adiante o projeto de expansão de 2005;
- c) não houve participação da comunidade acadêmica como um todo na elaboração de uma estratégia de expansão, levando em conta que grande parte da universidade sequer conhecia a natureza dos cursos ofertados na UnB Planaltina;
- d) a expansão careceu de um projeto consolidado, pois a proposta de 2005 apresentou apenas diretrizes iniciais para a implantação dos *campi*; conseqüentemente, no primeiro momento, houve modificações substanciais na escolha dos cursos. Com as mudanças de reitoria, outras ações foram se sobrepondo em resposta às dificuldades vivenciadas, mas, desprovidas de critérios e de planejamento;

A pesquisa revelou, ainda, que os dirigentes da UnB, responsáveis pelo projeto, não observaram algumas características importantes da Região de Influência II, que teriam repercussões negativas na democratização do acesso. Planaltina e as outras cidades dessa área integram uma região de pouquíssimo acesso à UnB, caracterizada por uma população de baixa renda e escolaridade. Neste contexto local, implantar dois cursos tão diversos como

Licenciatura em Ciências Naturais e Gestão do Agronegócio, sem apresentar à população as respectivas carreiras e as vantagens, provocou sérias conseqüências na procura. Além disso, prejudicou a democratização do acesso o fato de a UnB aplicar o mesmo modelo de seleção de sua sede no *Campus* de Planaltina.

Quanto aos alcances das estratégias de democratização da FUP, decorridos três anos de sua implantação, registramos: a iniciativa de criar *campi* da UnB e atender outra população do DF; a construção do *campus* de Planaltina; a criação de novos mecanismos de seleção e a preocupação em beneficiar estudantes da região; a obtenção de recursos financeiros e materiais para continuar expandindo; o apoio da comunidade acadêmica e a disponibilidade em criar linhas de pesquisa e projetos de extensão e melhorar a infra-estrutura da FUP.

Finalmente, observamos, durante a realização dessa pesquisa, que a democratização do acesso à educação superior não é um processo simples e está muito além da abertura de vagas nas instituições públicas. Envolve participação de muitos atores, planejamento, definição de estratégias, avaliação constante dos resultados, tomada de decisões, vontade da instituição, apoio político e financeiro. Por isso, é um fenômeno multifacetado e necessita de planejamento estratégico e acompanhamento.

## **Referências**

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, R. P. **Educação superior**. São Paulo: Centro de Gestão e Estudos Estatísticos, 2006.

CUNHA, L. A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 88, n. 100, p. 809-829, 2007.

FRANCO, M. A. C. Acesso à universidade: uma questão política e um problema metodológico. **Educação e seleção**, São Paulo, n. 12, p. 9-26, jul./dez. 1985.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB). **Plano de reestruturação e expansão da Universidade de Brasília**. Brasília: FUB, 2008.

\_\_\_\_\_. **Plano de expansão da Universidade de Brasília.** Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Plano de expansão da Universidade de Brasília.** Brasília, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional de amostra por domicílio:** síntese de indicadores: 2005. São Paulo: IBGE, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional de amostra por domicílio:** síntese de indicadores: 2003. São Paulo: IBGE, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior:** resumo técnico: 2006. Brasília: INEP, 2008.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 757-776, 2004.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L. F.; ROCHELE, F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 124-157, jan./jun. 2007.

OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F.; MENDONÇA, E. F. UnB: da universidade idealizada à universidade modernizada. In: MOROSINI, M. (Org.). **A universidade no Brasil:** concepções e modelos. Brasília: INEP, 2006. p. 145-170.

PINHO, A. G. Reflexões sobre o concurso vestibular para as universidades públicas. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 353-362, maio/ago. 2001.

SAMPAIO, H.; LIMONGI, F.; TORRES, H. **Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro.** Brasília: INEP, 2000. (Documento de Trabalho).

VELLOSO, J. (Org.). **Curso e concurso:** rendimento na universidade e desempenho em um vestibular com cotas da UnB: preliminar. Brasília: NESUB & FE/UnB, 2007.

\_\_\_\_\_.; CARDOSO, C. B. Evasão na Educação superior: alunos cotistas e não-cotistas na Universidade de Brasília In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 31., 2008, Caxambu, MG. **Anais eletrônicos.** Caxambu, MG: ANPEd, 2008.